

# Desencontros professorais do pedagogo (a) no início da carreira docente na perspectiva socialmente construída em torno da feminização do magistério

## *Pedagogue professorial disagreements at the beginning of the teaching career in the perspective socially constructed around the feminization of the teaching profession*

**Thayná Guedes Assunção Martins**

Mestra em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação e Orientação Escolar pela Universidade Norte do Paraná- UNOPAR. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI.

**Mary Gracy e Silva Lima**

Doutora em Educação pela PUC-SP. Mestre em Educação e Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí(UFPI). Atua como Professora Adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí(UESPI)

**Resumo:** Esta pesquisa teve como problemática: Quais desencontros ainda vivenciados pelos pedagogos (as) face ao ideal socialmente construído do ser professor (a), diante do enfoque da feminização no contexto da atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental? Ao objetivo geral elencou-se compreender os desencontros na carreira do professor (a) pedagogo (a) face ao ideal de feminização socialmente construído do professorar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, contou realização de entrevista semiestruturada com 04 professoras e 04 professores egressos formados em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – campus Timon. Os resultados revelam que o fator gênero se mostra como impactante para a categoria de pedagogos e pedagogas em exercício da profissão docente, gerados pelo processo de feminização do magistério.

**Palavras-chave:** Professor (a) Pedagogo(a). Professores Iniciantes na docência. Feminização do magistério.

**Abstract:** This research had as problematic: What disagreements still experienced by the pedagogues in the face of the socially constructed ideal of being a teacher, in the face of the focus of feminization in the context of performance in Early Childhood Education and Early Years of Elementary Education? The general objective was to understand the disagreements in the career of the pedagogue teacher in the face of the socially constructed ideal of feminization of teaching in Early Childhood Education and Early Years of Elementary Education. For this purpose, a semi-structured interview was carried out with 04 teachers and 04 professors graduated in Pedagogy from the State University of Maranhão – Timon campus. The results reveal that the gender factor has an impact on the category of pedagogues in the teaching profession, generated by the process of feminization of the teaching profession.

**Keywords:** Pedagogue Teacher. Beginner Teachers in Teaching. Feminization of the teaching profession.

## Introdução

O campo da formação inicial de professores (as) perpassa por diferentes contextos e perspectivas de análises quanto aos meandros da complexidade inerentes ao cenário educacional e da profissão docente, assim como o processo de constituir-se professor (a). Mas, sem dúvidas, uma das grandes questões que se encontram no entorno dessas pesquisas será designada neste estudo como desencontros professorais junto ao exercício da atuação docente refletidos nas vivências de pedagogos e pedagogas, a partir de uma perspectiva dos enfrentamentos no início da docência, enfocando a questão da feminização no curso de Pedagogia.

A atividade professoral em sua fase inicial traz consigo variados sentimentos, dúvidas, inseguranças, mas também carrega em si algo que o (a) professor (a) iniciante possui como nenhum outro profissional docente: o entusiasmo e o desejo de mudança de uma dada conjuntura que se encontra, muitas vezes, acomodados e desencantados diante da realidade dilemática do processo de ensino e aprendizagem, bem como por determinantes sociais que exigem atuação com certa resistência por parte de professores (as), mediante a vivência da fase de consolidação na carreira. Aliado a esses fatores há os que são afetados também pela inexistência de força motriz e que os impossibilitem de se sentirem instigados a resistirem às realidades de exclusão social e educacional, bem com atuação na Educação Infantil do professor do sexo masculino para promover mudanças e condições de igualdade de acesso e permanência do professor pedagogo no contexto escolar.

Contudo, ao refletir sobre os enfrentamentos vivenciados pelos (as) professores (as) iniciantes no exercício da atividade docente, tanto do gênero feminino, quanto do gênero masculino, tais como: o acesso a primeira oportunidade de emprego, configurada em menores chances aos pedagogos, sobretudo no cerne da Educação Infantil; a aliança teórica e prática desenvolvida inicialmente na formação inicial, mas que ainda gera grandes conflitos aos iniciantes no desenvolvimento do ofício; e valorização profissional, dentre outras. No que tange ao gênero masculino no processo formativo e atuação como professor pedagogo, há um desencontro ainda mais latente no adentrar o mundo profissional a partir da profissão pedagogo docente, dada as construções culturais diluídas na sociedade, que geram impactos para toda a categoria de pedagogos e pedagogas em exercício da profissão docente, a partir de um processo histórico de feminização do magistério, que ocorre não sem intencionalidades, e que toma forma de uma visão sobre a profissão a partir de aspectos morais.

Com base nisso, este estudo aborda como problemática: Quais desencontros ainda vivenciados pelos pedagogos (as) face ao ideal socialmente construído do ser professor (a), diante do enfoque da feminização no contexto da atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental? Ao objetivo geral elencou-se compreender os desencontros na carreira do professor (a) pedagogo (a) face ao ideal de feminização socialmente construído do professorar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Compreende-se que essa é uma temática relevante em torno da formação inicial de pedagogos e pedagogas, bem como da permanência desses profissionais no campo de trabalho,

uma vez que “Tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalentes e abre novas possibilidades para todos.” (SCOTT, 1998, p. 298). Portanto, a partir de estudos como esse, é possível dar visibilidade a questões que encontram-se presente na sociedade, mas que são relegadas ao campo do oculto, em que, à medida que o tema é colocado para debate, torna-se possível pensar em questões que venham a mudar a realidade imposta social e culturalmente.

Cabe considerar que essa é uma pesquisa de cunho qualitativo que nas Ciências Humanas vai além da quantificação de dados, pois busca os significados sobre o que os elementos da pesquisa querem demonstrar. Isso porque, como afirma Chizzotti (2017, p. 36) “[...] qualitativa, para ressaltar as significações que estão contidas nos atos e práticas.”. Desse modo, procura-se dar uma significação aos dados coletados em uma determinada pesquisa, e não simplesmente analisar o fenômeno em si, mas o que está entre aqueles acontecimentos.

O espaço que oportunizou a concretude desse estudo refere-se a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, o Centro de Estudos Superiores de Timon – CESTI, localizada no município de Timon, cidade situada à margem esquerda do rio Parnaíba. No que concerne à realização da coleta de dados<sup>1</sup>, foram selecionados como sujeitos da pesquisa oito egressos do curso de Pedagogia do CESTI – UEMA, traduzindo-se em quatro professoras e quatro professores. Os pedagogos e pedagogas participantes dessa pesquisa encontravam-se em um estágio de um a três anos de formação, o que tornou possível classificá-los como professores iniciantes na carreira. Nesse contexto, para a compreensão dos ciclos de vida profissionais, este estudo se fundamenta em Huberman (1995), que define o período de 1 a 3 anos de graduados como a fase de inserção na carreira e, portanto, os iniciantes na docência.

Desse modo, para a concretude do presente estudo no que concerne a realização da coleta de dados, optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada que, de acordo com Alberti (1989), essa modalidade de entrevista torna-se necessária na pesquisa por privilegiar o estudo de um tema específico, no caso, a formação inicial de professores egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão.

Portanto, a concretude desse estudo foi possível a partir da colaboração dos entrevistados e entrevistadas, com consequente análise dos dados coletados em consonância com a análise de bibliografia referente ao tema em questão, a partir de autores como Scott (1990), Rago (1998), Saviani (2009), Freire (2020), Formosinho (2009), Matos; Borelli (2013), dentre outros e outras.

À vista disso, é possível refletir que a partir do que se propõe este texto, junto a análise dos dados e discussão bibliográfica, é que dar visibilidade aos desencontros em fase inicial da atividade docente por parte de pedagogos e pedagogas se faz importante, compreendendo o que está relacionado a isso e suas implicações.

---

1. A presente pesquisa contou com cuidados éticos para obtenção da coleta de dados, tendo sido mantido o anonimato dos entrevistados, bem como adesão voluntária de cada um dos colaboradores, e assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido.

## Meandros do processo de feminização no curso de Pedagogia e suas implicações para e na prática docente: algumas considerações teóricas

Não há como falar em desencontros professorais, intensificados a partir do gênero, sem que se compreenda os caminhos que foram construídos junto a sociedade de maneira cultural, e que, por assim ser, foram se consolidando de maneira simbólica. Essa construção gerou consequências para a atividade docente que continuam a ser vivenciadas por pedagogos e pedagogas no exercício da atividade professoral, sobretudo na fase de inserção na carreira, compreendida como a de maiores enfrentamentos dada a condição de professor (a) iniciante.

Seguindo as análises sobre as nuances envolvidas nessa temática, dos desencontros professorais frente ao ideal socialmente construído a partir da feminização do magistério, é que agora será realizado um recorte teórico diante desse percurso da profissão, a partir da Escola Normal, brevemente, seguida de considerações diante do que era esperado daquela que viria exercer a profissão docente, e suas implicações.

Nesse segmento, Saviani (2009) aponta alguns momentos na história da formação de professores (as) no Brasil, sendo, no período de 1827 a 1890, caracterizado pela predominância do modelo das Escolas Normais, visto que, por volta de 1890 até 1932, tem-se o estabelecimento e expansão do modelo das Escolas Normais, possuindo como marco a reforma paulista da Escola Normal, havendo como anexo a escola-modelo. Já em 1932 até 1939 houve a organização dos Institutos de Educação, possuindo como marcos as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo em 1933. Quanto ao período de 1939 a 1971, estruturou-se a organização e implantação do curso de Pedagogia e licenciatura, bem como a consolidação do modelo das Escolas Normais.

De 1971 a 1996 ocorre a substituição da Escola Normal pela habilitação específica no Magistério. Por fim, de 1996 até 2006, houve o surgimento dos Institutos Superiores de Educação, as Escolas Normais Superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia. Assim, até meados do século XVIII não se tinha uma Escola Normal que atuasse de maneira eficaz e sobre meios mais consistentes de formação. Por volta do século XIX e início do século XX o que se tinha eram meios mais organizados de profissionalização docente do magistério e era percebido como um forte meio de manipulação dos interesses do Estado sobre a população. Para isso, buscava-se atrelar a imagem do professor sempre ligada ao que já era exigido/buscado no período de comando da educação no Brasil por parte da Igreja, na qual a preocupação se mostrava maior sobre a moralidade daquele que iria atuar como docente.

No tocante às questões morais sempre atreladas e almeçadas diante daqueles que estariam no exercício docente, é possível ser levado a um aspecto importante e que mobiliza o repensar questões sociais, econômicas, culturais e de gênero quanto ao que está posto no cenário da profissão professor (a) até a atualidade. Refletindo sobre os aspectos morais é rememorado a música de Benedito Lacerda e David Nasser (1949), e interpretada por Nelson Gonçalves, *Normalista*, conforme o trecho que segue:

Vestida de azul e branco  
Trazendo um sorriso franco

No rostinho encantador  
Rapidamente conquista  
Meu coração sem amor  
[...]  
Mas, a normalista linda  
Não pode casar ainda  
Só depois que se formar  
Eu estou apaixonado  
O pai da moça é zangado  
E o remédio é esperar  
[...]

A análise do trecho acima citado torna-se convidativa diante do que se configurou ser a normalista, aquela que trazia consigo um sorriso franco que remetia à alegria e ao cuidado, e que a todos encantava, assim, era uma das características primordiais para lidar com os cuidados/educação das crianças. Além disso, possuía uma conduta moral a zelar, em seus uniformes azul e branco sempre alinhados, e só poderiam casar-se depois de formadas. Assim, símbolos de pureza e atenção se tornariam características fundamentais para o desempenho de suas funções.

Ideário esse – de moralidade – que perdura até a atualidade, no que tange ao modelo de professora que se espera na sociedade, uma mulher de conduta moral inabalável. Acima de tudo, a sua relação com seus alunos não seria somente profissional, mas deveria transcender a isso, tornando uma extensão familiar. Devido a esse ponto, nota-se até os dias de hoje a nomenclatura *tia* para o chamamento das docentes. Nisso, têm-se a ideia sobre a importância do reconhecimento do ser docente a partir da nomenclatura professora e não tia, haja vista que:

Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa *militância*, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. A recusa, a meu ver, se deve, sobretudo, a duas razões principais. De um lado, evitar uma compreensão distorcida da tarefa profissional da *professora*, de outro, desocultar a *sombra* ideológica repousando manhosamente na identidade da falsa identificação. Identificar *professora* como *tia*, o que foi e vem sendo ainda enfatizado sobretudo na rede privada em todo país, é quase como proclamar que *professoras*, como boas tias, não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve [...]. (FREIRE, 2020, p. 30-31)

Diante do exposto, nota-se que a conotação de tia não se encontra meramente incorporada junto as docentes por mero jogo de carinho acompanhado de um caráter não intencionado, mas sim, sob julgo de aspectos sociais e interesses políticos e econômicos, em que as professoras na condição e compreensão de tias devem exercer suas atividades a partir do amor a seus alunos, estes vistos como uma extensão de sua família. Essa visão acarreta uma ideia de não desenvolvimento de maiores lutas por seus direitos trabalhistas, como as greves, por exemplo, nas quais não poderiam, sendo tias, abandonar seus alunos sem assistência mesmo que fosse por um objetivo maior.

Neste contexto sócio histórico que evidencia que a feminização da profissão docente, especificamente em relação ao ensino primário, trouxe como consequência a identificação das futuras professoras como personagens que apenas cuidam de crianças, mas que não possuem respeito como profissionais que ensinam e fornecem aprendizagem aos alunos. Tal conhecimento se encontra enraizado na sociedade que encara as professoras normalistas ou mesmo professoras formadas em outras instituições superiores, como simples cuidadoras de crianças, não podendo reivindicar melhores salários, reclamar das condições de trabalho ou de possíveis desrespeitos.

Contudo, é preciso que haja o entendimento de que aquela/aquele que se torna docente não o faz sem perspectivas de futuro profissional e base teórica, mas é justamente por conter, dentre outros atributos junto a sua constituição de professor (a), a contribuição no processo formativo dos alunos, que ao ultrapassar as fronteiras de tia ou tio, desempenha o seu papel como docente, este (a) se torna agente transformador no meio da sociedade e que deve ser visto e reconhecido de acordo com a sua posição.

Nisso, Formosinho (2009) aponta que a docência é uma atividade de serviço que o professor(a) é para além de especialista em uma área do saber, também um profissional de ajuda, ou seja, um agente do desenvolvimento humano, tendo na docência uma profissão que se aprende na vivência desde o momento em que se entra na escola, a partir das observações junto aos professores (as), perante suas atitudes, práticas educativas e seus comportamentos. Desse modo, a atividade professoral situa o docente como um profissional que é para além de um especialista numa área do saber, mas também se configura como um agente humano de transformação.

Sendo assim, cabe pensar junto a formação inicial de professores (as) que tipo de profissionais espera-se formar, quais sujeitos serão educados por estes, e quais profissionais estão de fato sendo formados. Portanto, é nesse contexto que o profissional docente, como autor de sua própria história e profissional que ensina a partir de suas atitudes, ao reivindicar melhorias à sua atuação docente, também ensina muito mais do que quando se mantém inerte diante das desigualdades, seja junto a sua classe trabalhista, seja em um contexto maior.

Percebe-se que esse ideário do exercício da profissão professora/professor como uma extensão familiar através do chamamento de tia ou tio é fortemente relacionado ao ser feminino, o que remete a outros dois grandes entraves que persistem na contemporaneidade, diante daqueles que decidem pelo curso de Pedagogia, em que o sexo masculino encontra uma resistência para contratação desse público, dado o fato da criação do imaginário de que os ideais para lidarem com a atuação docente junto as crianças, sobretudo na Educação Infantil, está no meio das mulheres.

Essa perspectiva pode gerar ações preconceituosas em meio aos pedagogos que, formados, precisam se inserir no mercado produtivo. Indo contra esse ideário excludente, vale ressaltar que diante das diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (2006, art. 4º), nada consta que restrinja a presença masculina na formação no curso de Licenciatura em Pedagogia, a saber:

o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Dessa maneira, não havendo restrições legais quanto a presença masculina nesse curso de formação, ainda é persistente o caráter excludente quanto aos homens professores pedagogos, o que legitima a feminização do curso de Pedagogia, agregando outro fator problemático, que é a baixa remuneração salarial dos (as) pedagogos (as), dada a ideia investida nos primórdios desse processo, quando se entendia a presença feminina no mercado de trabalho não necessitando ser a renda principal da família, mas um suporte ao marido, que era quem se concebia como o “chefe de família”, e, portanto, quem deveria ganhar mais. (MATOS; BORELLI, 2013). Em meio a esse movimento de transformar o curso normal sob um caráter feminizado dado, dentre outros fatores, as causas econômicas, em que:

Foi então criado um modelo de professora pouco preocupada com seu salário, pois deveria dedicar-se apenas a seus alunos e alunas, cumprindo uma profissão convertida em missão. Essa imagem era adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres ao magistério e desprofissionalizar a atividade, servindo aos interesses governamentais de realizar a instrução a baixo custo. (MARINHO, 2008, p. 77).

Nota-se que houve e ainda persistem diversas intencionalidades, junto ao modo como foram construídas as estruturas da formação e fixação no mercado de trabalho dado a atividade docente como um corpo profissional essencialmente feminino. O ideário de missão, como é apontado pela autora supracitada, é extremamente usado como meio de inserir na sociedade que essa atribuição antes mesmo de ser encarada como um ato profissional e produtivo, e que, portanto, mereça sua remuneração salarial bem paga, é caracterizado sendo convertido mais sob um viés moral do que trabalhista propriamente dito.

Em consonância com as análises de Marinho (2008), há o que pode ser visto nos estudos de Matos e Borelli (2013), que destacam que o magistério era visto como uma profissão condizente com as atribuições ditas femininas, mas que também foi se constituindo sob um viés de desvalorização salarial, em que para se garantir um ganho razoável se fazia necessário o desenvolvimento da atividade docente em mais de um turno. Contudo, isso também se fez de força para o crescimento da luta de melhores condições de atuação profissional e de salários, bem como a presença de sindicatos, manifestando a mobilização da categoria.

À vista disso, é importante (re) pensar alguns aspectos da inserção feminina no mercado de trabalho produtivo, o que ocorreu rodeada de intencionalidades, sobretudo, no que tange aos fatores econômicos, quando as mulheres se encontravam, diante de sua condição de desigualdade de gênero, obtendo cargos de menor prestígio ou que agregasse um caráter menos diretivo a partir de tomada de decisões, pois estas atribuições sempre ficavam a cargo do sexo masculino, visto como bem qualificado para atitudes de comando. Aliado a esses fatores, havia

também as questões salariais (MATOS; BORELLI, 2013).

Assim, se tornava uma sequência de fatores que culminava na desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho dado o fator gênero, em que seguia pela pouca ou nenhuma oportunidade de ocupação de cargos em profissões mais vistas por parte das mulheres, gerando sempre a participação feminina em trabalhos mais secundários, de menor valor social, o que causava uma menor remuneração diante dos homens. Pode-se afirmar que:

A importância evidente do emprego feminino para a economia nacional também constituía um fator subjacente às justificações do emprego feminino. Com a rápida expansão do setor de serviços, os empregadores invariavelmente (e convenientemente) descobriram que as mulheres (que pediam salários muito mais baixos do que os homens) estavam “naturalmente” qualificadas para preencher os novos postos de professoras, enfermeiras, assistentes sociais, balconistas, caixas de banco, telefonistas, recepcionistas e secretárias. [...]No setor comercial, os empregadores concordavam em que o trabalho da mulher era “mais eficiente, mais seguro e mais rápido” (e também mais barato) na execução de tarefas repetitivas que não exigissem tomada de decisões, inovação ou responsabilidade (habilidades que se supunha serem difíceis para as mulheres, dada a sua natural “timidez”). (BESSE, 1999, p. 148).

Há uma série de fatores envolvidos nesse cenário de profissionalização feminina que carregam marcas e consequências até a atualidade. Ainda é possível notar a forte presença da divisão sexual do trabalho, que acarreta numa dupla jornada de trabalho às mulheres que tendem a ocupar atribuições no espaço privado, junto à casa e ao marido, tornando ainda mais intenso e desigual essa relação com a chegada da maternidade.

Nesse sentido, as mulheres eram tidas como profissionais ideais, principalmente em momentos de uma crise econômica, devido a sua relativa natureza maternal, no caso enfermeiras e professoras, bem como a necessidade de trabalhar, fortalecendo os baixos salários e, por vezes, condições desagradáveis para exercer certas profissões. Assim, a mulher ao longo do tempo em torno do mercado de trabalho era tida como uma personagem de pouca importância, sobretudo, para exercerem cargos de tomadas de decisões e planejamentos complexos.

Nesse cenário, volta-se a repensar como se deu a inserção do público feminino no mercado de trabalho, aqui valendo-se de mulheres pertencentes a um setor privilegiado da sociedade, uma vez que as pobres e em sua maioria negras sempre tiveram que trabalhar em profissões desvalorizadas (MALUF; MOTT, 1998). A inserção das mulheres no mercado produtivo se deu mais fortemente a partir da segunda metade do século XIX, sob um processo nada contínuo e muito menos heterogêneo, acarretada a partir da expansão do processo de urbanização, aliado as ideias disseminadas a partir do movimento feminista.

Esse contexto encontra-se fortemente vivenciado na Europa e Brasil, respeitando os limites de evolução e desenvolvimento desses lugares. Assim, as mulheres passam a ter maior acesso aos meios de produtividade no espaço público, ressaltando os espaços educacionais. Nesse ínterim, as profissões que se voltam como aceitas para serem desenvolvidas pelas mulheres seriam aquelas que não as colocasse em grau de competitividade e superioridade aos homens,



traduzindo-se em atividades que fossem consideradas uma extensão dos trabalhos já desenvolvidos pelas mulheres, que giravam em torno do cuidar. Aqui encontram-se as atribuições de enfermeira, secretária, cuidadora, datilógrafa, telefonista, professora, dentre outras. (MALUF; MOTT, 1998).

Desse modo, a profissão professor (a) passa a ser vista e vivenciada como uma atividade massivamente feminina, sendo incorporado um viés idealizador de que o magistério estaria ligado ao ser feminino, a partir do século XIX, em que as mulheres passam a obter espaços no âmbito público sob meios de atividades benemerentes, o que liga o desenvolvimento do magistério a um ato mais aproximado da atividade vocacional, gerando uma maior desvalorização salarial sobre essa atribuição. Assim, apesar de haver um certo prestígio junto a atividade docente, essa não possuía o mesmo valor no que tange aos aspectos econômicos, o que contribuiu mais para o processo de feminização da profissão docente (TAMBARA, 1998).

Desse modo, seguindo a autora supracitada, esse movimento de feminização do magistério teve início no contexto das Escolas Normais, se manifestando como o meio mais acessível de acesso ao mercado público de profissionalização, agregando valores morais e físicos postos como inerentes à condição feminina, o que resultou na profissão docente, sobretudo destinada ao trato com crianças, como atribuição essencialmente feminina, e os homens acabam por desprender seus atributos dessa atuação. Contudo, vale ressaltar que este panorama de presença feminina majoritariamente sobre os espaços docentes se limitava às vezes aos aspectos professorais, tendo como ocupação dos cargos de maiores controles e tomada de decisões ligados e ocupados por homens.

Diante do exposto, no tocante à feminização da profissão professor, sobretudo, ligada à Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, campo de atuação do pedagogo (a), e diante das análises dos dados, esta apresentada no tópico seguinte, emerge como ponto de observância as perspectivas diferenciadas de atuação profissional para o pedagogo e pedagoga, dado o fator gênero. Logo, cabe refletir o que se configura gênero como uma categoria de análise.

Para Scott (1990) a categoria gênero é compreendida para além das distinções entre o binômio feminino e masculino, e incorpora uma camada bem maior de sujeitos, ou seja, surge como uma maneira de referir-se as relações sociais entre os sexos, transcendendo os limites puramente biológicos e levando em consideração os aspectos sociais construídos culturalmente pelos indivíduos, não apontando características que devem ser femininas e masculinas.

Rago (1998, p. 89) também define o termo a partir da “construção social e cultural das diferenças sexuais”. Nesses estudos, é possível compreender que muitas questões que estão postas no meio social, entendidas como naturais, tornaram-se, na verdade, uma realidade a partir de fatores culturais, e não por questões realmente intrínsecas ao feminino e/ou masculino.

Sendo assim, com essa breve explanação sobre a inserção das mulheres diante do mercado de trabalho, tendo como um dos espaços mais destinados a estas as atividades de professora, sobretudo, infantil, percebe-se como a profissão professor (a) vai se constituindo e se fortalecendo como um campo de atuação feminizado, o que geraria uma série de fatores que resistem até os dias atuais.

## **Olhares de professores (as) pedagogos (as) iniciantes na carreira docente e interfaces da atividade professoral com foco na feminização da profissão do pedagogo professor**

Diante das análises dos dados coletados para a pesquisa em consonância com os referenciais bibliográficos, torna-se evidente a constante presença das dificuldades no início da carreira. Tornou-se importante refletir os obstáculos vividos de maneira distinta entre pedagogas e pedagogos, dado o fator gênero. Nisso, coube indagá-los sobre suas percepções, se houve diferenças destinadas a professores pedagogos homens e mulheres no mercado de trabalho.

Aos entrevistados, homens e mulheres, oportunizaram-se a indagação a respeito desse assunto quando perguntados se percebiam diferenças destinadas a professores pedagogos homens e mulheres no mercado de trabalho. As falas foram unânimes quanto ao entendimento da grande carga preconceituosa existente na atuação profissional de pedagogos homens. Todas as falas se entrelaçam quanto a pior etapa de oportunidades, a da Educação Infantil, não vista como um campo de exercício docente por parte do público masculino. Nesse sentido, destacam-se algumas exposições:

Muita, muita, tanto é que eu trabalhei [...] numa escola, de evangélicos e tanto é que... Teve um colega que foi adentrar na outra escola e ele foi julgado pelo fato de ser homem e logo no primeiro mês ele quebrou todo esse paradigma, né? [...] Mas o que eu já ouvi em outras instituições foi que homem não dar certo para trabalhar em Educação Infantil, que os pais não aceitariam é... E isso são coisas que a gente acaba ouvindo de superiores, de gestores. [...] Mas é... Vou te dizer que profissionais da Educação Infantil, homens, pelas instituições que eu já passei eu nunca vi um, nunca vi um. (PEDAGOGA A.M.).  
na minha escola só mulheres, não têm homens porque é Educação Infantil, mas nos estágios... Na minha sala mesmo, que tinha o Eduardo... Tinha só três homens, o Eduardo, o Fernando e o Márcio, eles tiveram certa dificuldade para encontrar escolas para o estágio e principalmente estágio na Educação Infantil. [...] Eu acredito que tenha esse preconceito, principalmente com o homem na Educação Infantil... (PEDAGOGA C.M.).

A professora A.M. relata perceber muitas diferenças no trato profissional, no que tange às oportunidades de emprego dado o fator gênero, constatando uma vivência observada a partir de um colega de trabalho que, mesmo conseguindo a vaga de emprego, foi objeto de descrédito. O que evidencia as desigualdades sociais a partir da distinção homem-mulher, partir das quais Scott (1990) analisa que a sociedade vai constituindo diversas maneiras na busca da manutenção da legitimação das diferenças entre os gêneros, pautando características que devem ser femininas e masculinas.

Nesse movimento de distinções a partir do sexo, delimitando o que deve ser objeto de atuação feminina e masculina, que as desigualdades sociais seguem ainda perpetuadas e causando enormes prejuízos aqueles que decidem, nesse caso específico, seguir a carreira da docência a partir do curso de Pedagogia. A professora A.M. destaca que há uma maior carga preconceituo-

sa, sobretudo na Educação Infantil, espaço não visto como atuação masculina. Esse fato último é assegurado, também, pela professora C.M. que, atuando num ambiente exclusivo de Educação Infantil, aponta que não há presença de pedagogos no cenário, o que corrobora com a percepção apontada unanimemente pelos entrevistados e entrevistadas. Em meio a esse contexto discriminatório, houve um relato do professor D.H., que, ao se inserir no mercado profissional, conseguindo passar em um teste da rede privada de ensino, obteve a seguinte vivência:

[...] eu participei de um seletivo e passei [...]mas foi com aquele olhar de desconfiança, de que eu não iria dar certo, porque era uma turma de 1º ano e eu era homem, a questão do preconceito e aconteceu um fato que eu gostaria de relatar, que no primeiro dia que eu cheguei à sala de aula, [...] eu terminei a aula e tudo e fui entregar eles para os pais e aí, no primeiro dia, uma mãe ligou para a diretora da escola e disse o seguinte. “Diretora!” “O que está acontecendo?” “Como é que tem um homem na sala de aula?” “Minha filha nunca teve aula com professor homem.” “Isso não vai dar certo”, “Eu vou ter que tirar minha filha da escola” “Eu não admito isso”. E a diretora conversou bastante com a mãe, falou que tinha feito um processo bem rigoroso e que eu tinha passado em todas as etapas, que eu tinha sido recomendado e que já tinha visto meu perfil com outras pessoas e eu fiquei. E quando eu já estava finalizando o 1º semestre nessa escola, essa mesma mãe, eu entregando as avaliações de desempenho da filha dela, ela me confessou isso e me pediu desculpas, [...]Mas eu superei esse obstáculo com meu trabalho em sala de aula e mostrei para eles que um pedagogo, homem mesmo nas series iniciais, ele é capaz de... Desenvolver seu trabalho, sem esse olhar de desconfiança, esse olhar que não vai dar certo, que o homem não é delicado para lidar com criança ( PEDAGOGO D.H.).

Essa vivência exposta pelo docente D.H. demonstra o descrédito ao pedagogo, isso atualmente, em que as questões culturais impõem que as características do cuidar, o lidar com o ser infantil é papel feminino, chegando a sobrepor os aspectos profissionais de fato, as capacidades do candidato professor de ocupação da vaga à docência.

Assim, mesmo havendo um ponto positivo no caso de D.H., sua narrativa tornou visível uma prática que não se restringe a casos isolados, mas que se tornam cada vez mais frequentes, segundo os relatos observados, fazendo-se uma realidade presente, possibilitando-se vagas menos rodeada de obstáculos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois na Educação Infantil é uma presença inexistente no cotidiano dos recém egressos aqui ouvidos.

Contudo, houve uma explanação que apontou uma certa diferença a partir do território em que se busca uma atuação, em que o professor B.H. aponta que a região no entorno da UEMA se configura como mais seletiva no aspecto contratação de pedagogos, o que se torna diferente em um outro cenário, no qual se encontra atualmente, Boa Vista-RR, descrevendo que:

Principalmente do, do... Da região de Teresina, né? Falando assim, especificamente porque os professores homens, não ministram aula na Educação Infantil e até se eu não me engano no 1ºano. Então, muitas escolas não permitem o acesso do professor do sexo masculino nesse. Aqui no Norte já é diferente,

...você dá aula desde Educação Infantil até o 5º ano, né? Que é o obrigatório do município. Então, há essa diferença com professores egressos do sexo masculino. [...]Então... Existe sim (PEDAGOGO B.H.).

À vista de preconceitos e indisponibilidade de ofertas empregatícias ao pedagogo, dada sua condição de gênero, quando não há uma igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nesse cenário educacional, nota-se a redução de atuação profissional no exercício docente destes, como pontua o professor B.H., podendo concorrer, na maioria das vezes, somente para as turmas a partir do 2º ao 5º ano dos anos iniciais. Diante disso, fez-se importante analisar o número de ingressantes na Universidade Estadual do Maranhão, campus Timon, divididos por sexo.

Dados do primeiro e segundo semestre de 2014, e do primeiro semestre de 2015, disponibilizados pela UEMA, justificados pela temporalidade referente ao ingresso dos entrevistados nessa pesquisa, aponta que a maioria dos ingressantes no curso de licenciatura em pedagogia se configurou sob um público massivamente feminino. De um total de 198 iniciantes no curso de pedagogia, no primeiro semestre de 2014, 176 eram mulheres, e apenas 22 eram homens. No segundo semestre, do mesmo ano, houve 163 ingressantes, em que 144 se fazia sob um público feminino e 19 eram homens. No primeiro semestre de 2015, foram 175 adentrando o curso, sendo 151 mulheres e 24 homens. Assim, vemos a feminização do curso de pedagogia e suas consequências (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO, 2015).

Nisso, é pertinente pensar até que ponto essa prevalência feminina se caracteriza como positiva, ao menos às mulheres, uma vez que os homens são colocados a margem no seio dessa profissão. Esses dilemas estão intimamente ligados aos aspectos econômicos e culturais que foi sendo investido na profissão do professor primário como intimamente ligada ao ser feminino, deixando de ser espaço masculino de atuação profissional. Para tanto, compreendeu-se a pertinência a respeito da temática de gênero, tendo em vista que o curso de pedagogia possui uma historicidade feminina.

Desse modo, mais forte é vista a feminização do magistério nos anos de 1835 e 1890. No entanto, até 1930 essa era uma profissão que atraía as mulheres de elite e setores médio da sociedade, o que se configurou como um campo propício de atuação feminina, pois estaria ligada às funções ditas femininas desenvolvidas no espaço do lar. É a partir de 1950, com o aumento da demanda educacional de crianças na escola, que se populariza a área profissional, havendo abertura para outros setores, menos abastados da sociedade, para inserção na profissão (MATOS; BORELLI, 2013).

É visto que a feminização do magistério não se deu sem intencionalidades, mas ocorreu juntamente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em que se buscaram profissões que estivessem mais ligadas ao que se relacionava com a dita natureza feminina, ou seja, o cuidar. Contudo, essa abertura de oportunidades para atuação da mulher no mercado de trabalho não se fez com grandes ganhos às mulheres, o que vai ao encontro com a resposta das indagações empreendidas nessa análise, em que ocorre um distanciamento masculino do professorado, bem como também relacionado às baixas remunerações salariais da profissão, em que:

A frequente identificação do exercício do magistério com um sacerdócio ajudou a difundir a ideia de que a “boa professora” não se preocupa com o pagamento, pois está concentrada na formação dos alunos. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a queda no nível salarial da profissão ao longo do tempo. (MATOS; BORELLI, 2013, p. 138).

Diante da historicidade no que tange às condições materiais e de trabalho docente, a má remuneração para as mulheres também se fez forte componente na ocupação desse espaço pelo feminino em sua grande maioria, resultando em um descrédito masculino para o ambiente de trabalho e nas más condições de trabalho ao professorado, ainda persistentes na contemporaneidade.

À vista do que foi exposto, o pedagogo tem o pleno direito de exercer a profissão em todas as suas vertentes, assim como as mulheres, o que foi visto diante das diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (2006, art. 4º), em que não há distinções, ou especificações sobre a variante de gênero, e como todas as questões que estão no entorno das relações sociais de diferenças entre os indivíduos, ou proposições de comportamentos a partir do sexo, se traduzem em construções culturais, que imersas a um jogo de interesses do dado momento histórico em que se insere, se torna uma verdade e uma realidade imposta. Portanto, diante das análises empreendidas através dos dados obtidos junto à pesquisa, é possível lembrar o que se insere sobre a saída da formação inicial e a entrada na carreira profissional, em que:

O espetáculo da vida nas escolas é diário. Nós, professores iniciantes na carreira, iremos vivenciar situações inusitadas a cada dia. serão estas situações e a maneira como lidamos com elas que ajudarão a formar nossa identidade profissional. Continuaremos em um processo constante e contínuo de formação. (MARIANO, 2006, p. 25).

Não há como adentrar o campo profissional completamente preparado, pois não existe a preparação completa. O processo de se fazer professor (a) é constante e necessita sempre novas abordagens teóricas, práticas, metodológicas, pois a educação em sua complexidade não se resume a direcionamentos concludentes, mas a docência vai desvelando seus meandros no desenvolvimento da atividade professoral do dia a dia.

Ainda que os desencontros das construções culturais consolidadas no decorrer do tempo diante da profissão mantenham-se gerando dificuldades formativas para pedagogos e pedagogas, vale afirmar que, diante da análise dessa temática, é possível desvelar aberturas de caminhos ainda lentos para superação desse sistema opressor que minimiza a participação masculina na profissão professor pedagogo, o que gera prejuízos para toda a categoria profissional, que se refletem a partir dos salários e condições de trabalho. Contudo, cabe afirmar que se faz importante a ampliação de discussões em torno da temática, para que sejam ofertadas ações que visem a superação de tal situação, e que estas ações iniciem ainda na formação inicial, passando pelo debate público e de consciência coletiva e social da igualdade de gênero para a atuação docente do professor(a) pedagogo(a).

## Considerações finais

É importante afirmar a inconclusividade das pesquisas científicas, nesse caso no âmbito da formação profissional docente no curso de Pedagogia, haja vista a necessidade contínua de repensar questões norteadoras do campo, para devidos conhecimentos, criação de projetos e propostas. Pode-se, no entanto, constatar que existe um reduzido número de alunos do sexo masculino ingressando no curso de graduação em Pedagogia, bem como concluindo e formando-se professor pedagogo, assim como assumindo a docência nos anos iniciais da Educação Básica.

No presente texto buscou-se possibilitar reflexões acerca dos desencontros professorais do pedagogo (a) no início da carreira docente na perspectiva socialmente construída em torno da feminização do magistério decorrentes de aspectos da formação inicial e atuação de pedagogos e pedagogas com foco nas relações de gênero incorporadas a profissão, bem como anunciou-se que diante dessa realidade segregadora e excludente decorrem implicações limitantes e traumáticas na inserção dos professores pedagogos na carreira docente.

Diante do problema de pesquisa orientador desse estudo acerca de quais desencontros são ainda vivenciados pelos pedagogos (as) face ao ideal socialmente construído do ser professor (a), diante do enfoque da feminização no contexto da atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, e partindo do objetivo de compreender os desencontros na carreira do professor (a) pedagogo (a) face ao ideal de feminização socialmente construído do professorar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, constatou-se que, diante das análises interpretativas das repostas apresentadas nas entrevistas realizadas, foi possível compreender que dentre os desencontros vivenciados pelos iniciantes na atividade professoral oriundos dos cursos de Pedagogia, o fator gênero se mostra como impactante tanto para o público feminino, quanto para o gênero masculino, a partir dos acarretamentos gerados pelo processo de feminização do magistério, tornando um campo de atuação que minimiza a participação masculina, o que gera prejuízos para toda a categoria profissional, que se reflete a partir dos salários e condições de trabalho. Tais desencontros foram vivenciados e narrados pelos egressos da UEMA, o que revela a urgência e necessária produção de pesquisas no que se refere à formação e inserção do homem pedagogo nos espaços de atuação desde a formação inicial, implantando discussões reflexivas, buscando conscientização das redes de ensino e dos egressos do curso de Pedagogia para iniciarem na prática docente com segurança para atuação masculina e demais graduados.

Portanto, foram visibilizados maiores vivências a partir da formação inicial de professores pedagogos, através de projetos de extensão oportunizados através de parcerias entre universidade e rede básica de Educação, maiores discussões a partir de reflexões teóricas e práticas sobre a vivência de quem já passou pelo processo de inserir-se na prática docente sendo pedagogo, proposição de rodas de conversa, palestras e debates que torne possível a crítica junto ao que está imposto no trilhar profissional de pedagogos e pedagogas, dialogando sobre os prejuízos de um processo sócio histórico de feminização da profissão docente, sobretudo ligada ao curso de Pedagogia.

À vista das análises empreendidas nesse percurso investigativo nota-se algumas constatações para orientar estudos, reflexões e projetos interventivos no campo da formação de professores no curso de Pedagogia, apresentadas pelos participantes da pesquisa dentro da formação inicial no que se refere à discrepância de oportunidades de atuação e de acesso, sobretudo na Educação Infantil, pela realidade histórica, entre pedagogos e pedagogas e os agravamentos decorrentes desse cenário, tanto aos homens, quanto para as mulheres, a saber, preconceito sobre aqueles do sexo masculino que buscam se inserir nesse mercado, e a baixa remuneração salarial. Isto posto, torna-se urgente a ampliação de pesquisas e estudos referente à problematização acerca da matrícula e presença de poucos alunos na formação inicial, superação da discriminação e da concepção de supremacia da feminização no curso de Pedagogia, e a inserção profissional da pessoa do sexo masculino nos espaços de atuação do pedagogo(a), desde os estágios remunerados na formação inicial.

Para tanto, reafirmamos, diante das conclusões desse estudo aqui iniciado, diante da sua relevância e temática atual em pauta, a necessidade de constantes discussões reflexivas nas IES, nos GTs de eventos científicos que possam evidenciar e conscientizar acerca desses desencontros formativos para maior apropriação e produção de saberes docente, e segurança da inserção profissional de iniciantes na carreira docente que perpassam a realidade que será vivida no mundo profissional, e buscando, a partir de então, meios de conscientização do pessoal da escola, das redes de ensino e dos egressos do curso de Pedagogia para iniciarem na prática docente com segurança para a atuação de todos(as) os graduados independente do gênero do professor(a) pedagogo(a).

## Referências

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciência humanas e sociais*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FORMOSINHO, João. A Formação Prática dos Professores: da prática docente na instituição de formação à prática pedagógica nas escolas. In: FORMOSINHO, João. *Formação de Professores: aprendizagem profissional e ação docente*. Porto: Portugal, 2009.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 30. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GONÇALVES, Nelson. *Normalista*. Acre: BMG: 1949. 1 LP (2m:45s).

HUBERMAN, Michael. O Ciclo de Vida Profissional dos Professores. In: NÓVOA, A. *Vidas de Professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995, P. 31-61.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: companhia das letras, 1998.

MARIANO, André Luiz Sena. O início da docência e o espetáculo da vida na escola: abrem-se as cortinas... In: LIMA, Emília Freitas de. *Sobrevivências no início da docência*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. 2008. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, 2008.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco editorial, 2018.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NÓVOA, António. *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto editora, 1995.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14. n. 40, p. 143- 155, jan./abr. 2009.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, jul./dez.1990.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. *História da educação*, Pelotas, v. 3, p. 35-57, abr. 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO- UEMA. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do CESTI/UEMA*. Maranhão: UEMA, 2015.